

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**E CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ACADÊMICO: FERNANDO DOS SANTOS CAMARGO**

**UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ADEQUABILIDADE ÀS**  
**POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DE ESTOQUES, EFETUADAS**  
**POR UMA EMPRESA VAREJISTA DO RAMO ALIMENTÍCIO APÓS A**  
**IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL**

**Goiânia - GO**

**2011**



Universidade Federal de Goiás  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central  
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia  
Campus Samambaia – Caixa Postal 411 74001-970 Goiânia-GO  
Fone (62) 3521-1183. Fax (62) 3521-1396

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS  
ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

**1. Identificação do material bibliográfico monografia:**

Graduação     Especialização

**2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso**

Autor (a):	Fernando dos Santos Camargo
E-mail:	fernandoece@gmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Título:	UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ADEQUABILIDADE ÀS POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DE ESTOQUES, EFETUADAS POR UMA EMPRESA VAREJISTA DO RAMO ALIMENTÍCIO APÓS A IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL
Palavras-chave:	Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Controle de Estoques. Auditoria de Sistemas
Título em outra língua:	A CASE STUDY ABOUT THE SUITABILITY TO STOCK INTERNAL CONTROL POLICIES PERFORMED BY A FOOD RETAILER AFTER THE IMPLANTATION OF 'SPED FISCAL'
Palavras-chave em outra língua:	Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Stock Control. System Auditing.
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	08/12/2011
Graduação/Curso Especialização:	Ciências Contábeis
Orientador (a):	Prof. MS. Eduardo José dos Santos

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O referido autor:

- a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? ( ) Sim    ( x ) Não

Permitir modificações em sua obra? ( ) Sim    ( ) Não, contando que outros compartilhem pela mesma licença .  
( x ) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e data: Goiânia, 15 de dezembro de 2011

*Fernando dos Santos Camargo*  
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**E CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**FERNANDO DOS SANTOS CAMARGO**

**UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ADEQUABILIDADE ÀS**  
**POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DE ESTOQUES, EFETUADAS**  
**POR UMA EMPRESA VAREJISTA DO RAMO ALIMENTÍCIO APÓS A**  
**IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso II sob a orientação do Prof. Ms. Eduardo José dos Santos, do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG.

**Goiânia - GO**

**2011**

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**GPT/BC/UFG**

CAMARGO, Fernando dos Santos.

Um estudo de caso acerca da adequabilidade as políticas de controle interno de estoques, efetuadas por uma empresa varejista do ramo alimentício após a implantação do SPED FISCAL.

41 f: il. figs.:quest.

Orientador: Prof. MS. Eduardo José dos Santos.

Monografia (Graduação)\_Universidade Federal de Goiás Curso, Ciências Contábeis,2011.

Bibliografia

Inclui figura e anexo.

1. Modelo Operacional Envio da NF-e 2. Modelo operacional da Escrita Fiscal Digital. 3. Requisitos de Negócio (COBIT) I. Título.

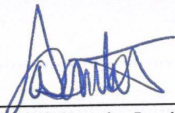
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
E CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACE  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ADEQUABILIDADE ÀS  
POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DE ESTOQUES, EFETUADAS  
POR UMA EMPRESA VAREJISTA DO RAMO ALIMENTÍCIO APÓS A  
IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL

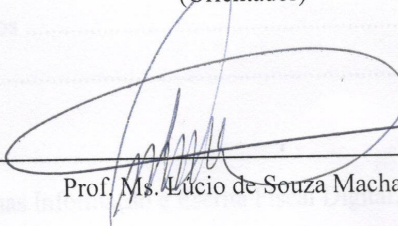
FERNANDO DOS SANTOS CAMARGO

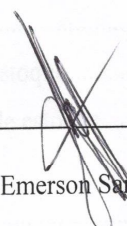
Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso submetida à banca examinadora designada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Eduardo José dos Santos

(Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Lucio de Souza Machado

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Emerson Santana de Souza

Julgada em: Goiânia, 8 de dezembro de 2011.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
1.1 PROBLEMA .....	7
1.2 OBJETIVOS .....	7
1.2.1 PRINCIPAL .....	7
1.2.2 SECUNDÁRIOS .....	8
1.3 JUSTIFICATIVA .....	8
1.4 DIVISÕES DO TRABALHO MONOGRÁFICO.....	9
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
2.1 Sistema público de escrituração fiscal (SPED) .....	10
2.1.1 Nota fiscal eletrônica (NF-E) .....	10
2.1.2 Escrita fiscal digital (EFD).....	12
2.2 Auditoria específica de Mercadorias .....	14
2.3 Controle de estoque .....	15
2.4 Controle interno.....	16
2.5 Controle interno em informática aplicada aos estoques .....	18
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	21
3.1 Universo e Amostra.....	21
3.2 Coleta de Dados.....	22
3.3 Tratamento de Dados.....	22
3.4 Análise de Dados.....	22
<b>4. RESULTADOS</b> .....	23
4.1 Auditoria de Sistemas Informação e Escrita Fiscal Digital.....	23
4.2 Controle de Estoque .....	25
4.2.1 Pontos de riscos no controle de estoque .....	25
4.2.2 Pontos de positivos no controle de estoque.....	27
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31

# UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA ADEQUABILIDADE ÀS POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DE ESTOQUES, EFETUADAS POR UMA EMPRESA VAREJISTA DO RAMO ALIMENTÍCIO APÓS A IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL

## RESUMO

O objetivo do presente estudo foi identificar os principais problemas de controle interno de estoques em função da implantação do SPED Fiscal no âmbito de empresas contribuintes de ICMS do ramo de varejo de produtos alimentícios, por meio de um estudo descritivo, conduzido na cidade de Goiânia – Goiás, no período de abril a novembro de 2011, em empresa do ramo varejista de produtos alimentícios. Os dados de controle de estoque, auditoria de sistemas de informação, Escrita Fiscal Digital foram obtidos por meio de um questionário qualitativo. Os dados foram coletados por intermédio de uma entrevista ao gestor da empresa, com apenas duas possibilidades de respostas, positiva ou negativa, pois o questionário se caracteriza com perguntas fechadas. Para a análise dos resultados foram utilizados pontos de controles padrão, para verificar os pontos críticos e positivos da empresa. Das 97 perguntas realizadas na empresa em estudo, 50 (51,54%) questões tiveram respostas positivas e 47 (48,45%) com respostas negativas. Em relação às perguntas sobre Auditoria Sistema de Informação, das 38 perguntas, 24 (63,16%) foram positivas e 14 tiveram respostas negativas. Já na Escrita Fiscal Digital e Sistema Operacional Informatizado, das 22 perguntas, 9 (40,90%) tiveram resposta com “sim” e 13 (59,10%) com “não”. Por fim, as perguntas relacionadas ao Controle de Estoque tiveram no total 37 perguntas, em que 17 (45,94%) se caracterizaram como positivas e 20 (54,05%) como negativas. A empresa ainda está muito aquém de atingir um controle interno de qualidade; esta apresenta muitos pontos que colocam em risco a segurança patrimonial e a sanções legais impostas pelo Fisco por envio de informações distorcidas e de má qualidade. As estratégias que poderiam ser adotadas para mudar essa realidade seria uma maior conscientização e comprometimento pela gestão da empresa pesquisada, buscando profissionais mais especializados a fim de ter um maior controle em geral do andamento seguro da empresa. O referencial teórico consistente foi centrado em: Sistema Público de Escrituração Digital, Controle Interno, Auditoria de Sistemas

**Palavras-Chave:** Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Controle de Estoques. Auditoria de Sistemas

## ABSTRACT

The main objective is to identify problems of stock internal control occurred by the implantation of *SPED Fiscal* in the sphere of firms that contribute to ICMS in the branch of retail of food products in the city of Goiânia, Goiás. This is a descriptive study, conducted in the city of Goiânia, Goiás, in the period from April to November, 2011. The participant is a retail firm of food products, active in the forementioned city. Data of stock control, of the information system auditing and of *Escrita Fiscal Digital* were collected through a qualitative survey. Data was collected through an interview with the manager of the firm, consisting of just two possibilities of answer, yes or no, because the survey is characterized by closed questions. To analyze the results, it was used points of standard control to verify critic points and positive points of the firm. From a total of 97 questions, 50 (51,54%) had positive points and 47 (48,45%) had negative points. In relation to the questions about information system auditing, from a total of 38 questions, 24 (63,16%) had positive points and 14 had negative points. About the *Escrita Fiscal Digital*, from a total of 22 questions, 9 (40,90%) had a “Yes” answer and 13 (59,10%) had a “No” answer. Finally, questions related to stock control were a total of 37: 17 (45,94%) characterized as positive and 20 (54,05%) as negative. The firm is still very far of reaching an internal control of great quality; it shows too many points that put in risk its patrimonial security and the legal sanctions imposed by the Fisco by distorted informations that are sent are of bad quality. Strategies that could be adopted to change this reality could be a better awareness and commitment by the management of the firm, trying to hire more specialized professionals with the objective of having a batter general control, seeking the security of the firm.

Palavras-Chave: Sistema *Público de Escrituração Digital – SPED*. Stock Control. System Auditing.

## INTRODUÇÃO

A administração pública brasileira, atualmente, passa por processo de mudança de mentalidade em relação à forma de arrecadação de tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias. Parte dessa transformação se deve a um elemento primordial da Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, que introduziu o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal de 88, ao instituir:

As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Nota-se que a crescente evolução tecnológica proporciona o aumento da capacidade de processamento e de armazenamento de informações, em contraste com o excesso de obrigações acessórias desencontradas entre membros das administrações públicas brasileiras. Diante desse fato, foi necessário promover reuniões, no sentido de decidir melhorias no sistema de fiscalização e compartilhamento de informações entre que as Receitas Estaduais e Federal.

Somente em julho de 2004, em Salvador-Ba, foram dados os primeiros passos no sentido de propor soluções para melhorar o fato supramencionado. No I Encontro dos Administradores Públicos (I ENAT) foram firmados dois protocolos de cooperação técnica: o cadastro sincronizado e a escrituração digital.

Em novembro de 2005, em São Paulo-SP, foi realizado o II ENAT, que aperfeiçoou alguns termos do protocolo anterior e assinou outros protocolos de cooperação. Segundo o portal do ENAT, este encontro aprimorou o projeto de Cadastro Sincronizado por intermédio da padronização e adequada aplicação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). O desenvolvimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica foi outro termo importante levantado nesse protocolo.

Conforme o protocolo ENAT 02/2005, o Sistema Público de Escrituração Digital vai ser desenvolvido e implantado com o objetivo de propiciar a integração das administrações públicas por meio da unificação da base de dados.

Tal fato acontecerá via padronização das informações enviadas pelos contribuintes às administrações tributárias, por meio de uma consolidação da legislação das obrigações acessórias que tratam da escrituração de livros fiscais e contábeis, da legitimidade jurídica dos livros fiscais e contábeis.

Este ocorrerá em meio digital em ambiente de envio pelo contribuinte e da recepção, validação, autenticação e armazenamento pela Receita Federal do Brasil de forma segura e sigilosa.

Conforme as informações contidas no sítio da Receita Federal do Brasil, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é composto atualmente pela Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), pela Escrita Fiscal Digital (EFD)/ICMS-IPI e pela Escrita Contábil Digital (ECD), ao ser usado como fonte de informações, tanto entre esses arquivos, quanto para os fornecedores e destinatários das empresas.

Tal fato com a finalidade de cruzamento de informações e auditorias eletrônicas, ao elevar a eficiência e a eficácia na arrecadação de tributos, ao mesmo tempo em que diminui o custo do governo para obter essas informações contidas nesses arquivos.

Devido a esse grau de importância, o SPED foi incorporado como política de Governo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2010).

De acordo com as informações contidas no sítio do SPED, esse novo cenário tributário propõe, também, mudanças para as empresas. Por intermédio da redução do custo Brasil, inserido nesse contexto, haverá o combate à sonegação e estrondosa economia gerada pela modernização dos processos de interação entre a administração pública.

Também traz como premissa tornar o mercado mais justo, ao dificultar, assim, a atividade das empresas que se beneficiam de atividades fraudulentas de ordem tributárias, como uma forma de contribuição do governo para um mercado mais competitivo.

## **1. PROBLEMA**

Com base no novo contexto fiscal brasileiro, em que se observa a busca à integração total das informações de caráter contábil/fiscal, construiu-se o seguinte problema de pesquisa, delimitado às empresas contribuintes de ICMS: A empresa do ramo de varejo de produtos alimentícios de Goiânia – Goiás, com o atual nível interno de controle de estoque, está preparada para enviar as informações contidas no EFD/ICMS-IPI com o nível de qualidade exigido pelo Governo?

### **1.1 OBJETIVOS**

#### **1.1.1 PRINCIPAL**

Identificar os principais problemas de controle interno de estoques e no ambiente de informática, em uma empresa, do ramo de varejo de produtos alimentícios na cidade de Goiânia-Goiás, a partir da implantação do SPED Fiscal.

### **1.1.2 SECUNDÁRIOS**

- a) Identificar os principais pontos de controle interno de estoques, aferindo os possíveis pontos de falhas.
- b) Investigar a influência do SPED Fiscal no estudo de caso, relacionado aos aspectos de controle em estoques;
- c) Explicar o funcionamento da Nota Fiscal Eletrônica e Escrita Fiscal Digital/ICMS-IPI;
- d) Explanar a principal forma que o Fisco Estadual se utiliza para controlar os estoques das empresas goianas.

### **1.2 JUSTIFICATIVA**

Este estudo justifica-se pela necessidade do caráter obrigatório de envio do EFD/ICMS-IPI e pelo efeito que informações distorcidas podem causar no processo de auditoria eletrônica dos controles internos de estoques.

Para Ilarino (2010 *apud* CARVALHO, 2008 p. 25):

As empresas obrigadas à apresentação do SPED deverão aperfeiçoar a avaliação da qualidade de informações e dos seus procedimentos contábeis e fiscais, pois, com a entrega dos arquivos eletrônicos, elas estarão mais expostas a maiores questionamentos pela eventual adoção de procedimentos fiscais em desacordo com a legislação.

O trabalho vem contribuir para formação desse escopo científico, já que irá também se basear em fontes primárias de informação. Portanto, o trabalho busca agregar conteúdos pertinentes a essa área de conhecimento que necessita de estudos mais aprofundados.

### **1.3 DIVISÕES DO TRABALHO MONOGRÁFICO**

O presente estudo visa levantar as mudanças ocorridas no controle de estoque a partir da implantação da Escrita Fiscal Digital. Para tal, primeiramente, foi necessário realizar revisão bibliográfica a respeito do tema, o que se verificou ser a mesma ainda escassa.

Foram abordados o Sistema Público Escrituração Digital com ênfase na Nota Fiscal Eletrônica e Escrita Fiscal Digital, Auditoria Específica de Mercadorias, controle de estoque, controle interno e auditoria de sistemas da informação.

Nos subitens do SPED foram NF-e e EFD/ICMS-IPI foram abordados os principais aspectos das suas concepções, *leiautes*, bem como seus envios representados por meio de modelos operacionais. O estudo ressaltou o zelo da Receita Federal do Brasil quanto à autenticidade, integridade, validade e segurança jurídica desses subprojetos.

Existem várias formas de cruzamento de informações de dados e autorias utilizadas pela receitas: estadual e federal; entre elas está Auditoria Específica de Mercadorias, segundo a qual tem finalidade de verificar possíveis omissões de estoques. Esta auditoria é aplicada pelo Fisco estadual goiano, ao utilizar como base de dados às informações contidas na Nota Fiscal Eletrônica e EFD/ICMS-IPI.

Foram expostos conceitos pertinentes ao estoque, bem como sua função e importância nas empresas comerciais e industriais. Devido essa relevância no âmbito da organização, foram realizadas considerações acerca dos fundamentos relativos ao controle interno; estes, fundamentais para resguardar o patrimônio da entidade.

Além do estabelecimento de medidas, políticas, procedimentos dentro do controle interno de estoque, é necessário tomar alguns cuidados em relação ao sistema de informação. Para tal, foi necessária a inserção de um tópico a respeito da Auditoria dos Sistemas de Informação. Este tem objetivo de demonstrar medidas de controle interno que visam verificar a adequação do sistema de informação no âmbito da organização.

Após a revisão da literatura da área, foi realizada a análise dos dados coletados do estudo de caso. Por meio desse exame, é possível o levantamento dos pontos positivos e negativos em do controle de estoque e do sistema informação. A partir dessa análise será viável concluir a atual situação da empresa em relação à qualidade do arquivo EFD informado, bem como o nível de segurança dos controles de estoque.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL (SPED)

#### 2.1.1 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e)

A Nota Fiscal Eletrônica foi o primeiro projeto a ser implantado pelo SPED. Segundo Rodrigues (2010), sua concepção foi a partir de:

[...] soluções pioneiras do Brasil e do exterior, como a chamada “Factura Eletrônica”, implantada no Chile em 2003, o ICMS Eletrônico do Rio Grande do Sul, a Nota Fiscal Eletrônica de Contas Públicas da Bahia e o próprio Sistema Brasileiro de Pagamento; a NF-e demanda, para ser viável, a criação de um padrão único de operação que servisse a todas as instâncias de governo.

Sobre sua implantação e desenvolvimento, de acordo com portal do ENAT :

No final de agosto de 2005, no evento do II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, os Secretários de Fazenda dos Estados e DF, o Secretário da Receita Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das capitais assinaram o Protocolo ENAT 03/2005, visando o desenvolvimento e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, consolidando de forma definitiva a coordenação técnica e o desenvolvimento do projeto sob a responsabilidade do ENCAT (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais) com a participação, da agora denominada, Receita Federal do Brasil (RFB).

Os pressupostos da NF-e, estabelecidos conforme o Protocolo ENAT 03/2005, cláusula segunda, são:

- I. Substituição das notas fiscais em papel por documento eletrônico;
- II. Validade jurídica dos documentos digitais;
- III. Padronização nacional da NF-e;
- IV. Mínima interferência no ambiente operacional do contribuinte;
- V. Compartilhamento da NF-e entre as administrações tributárias;
- VI. Preservação do sigilo fiscal, nos termos do Código Tributário Nacional.

A Nota Fiscal Eletrônica serviu, também, para facilitar a gerência do volume de informações pelas receitas públicas. Segundo dados da Receita Federal de maio de 2011, as emissões de Notas Fiscais Eletrônicas chegaram ao patamar de 2,6 bilhões.

O Ajuste SINIEF do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ, nº 7 de 30.09.2005, cláusula primeira, § 1º, define Nota Fiscal Eletrônica como:

Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado

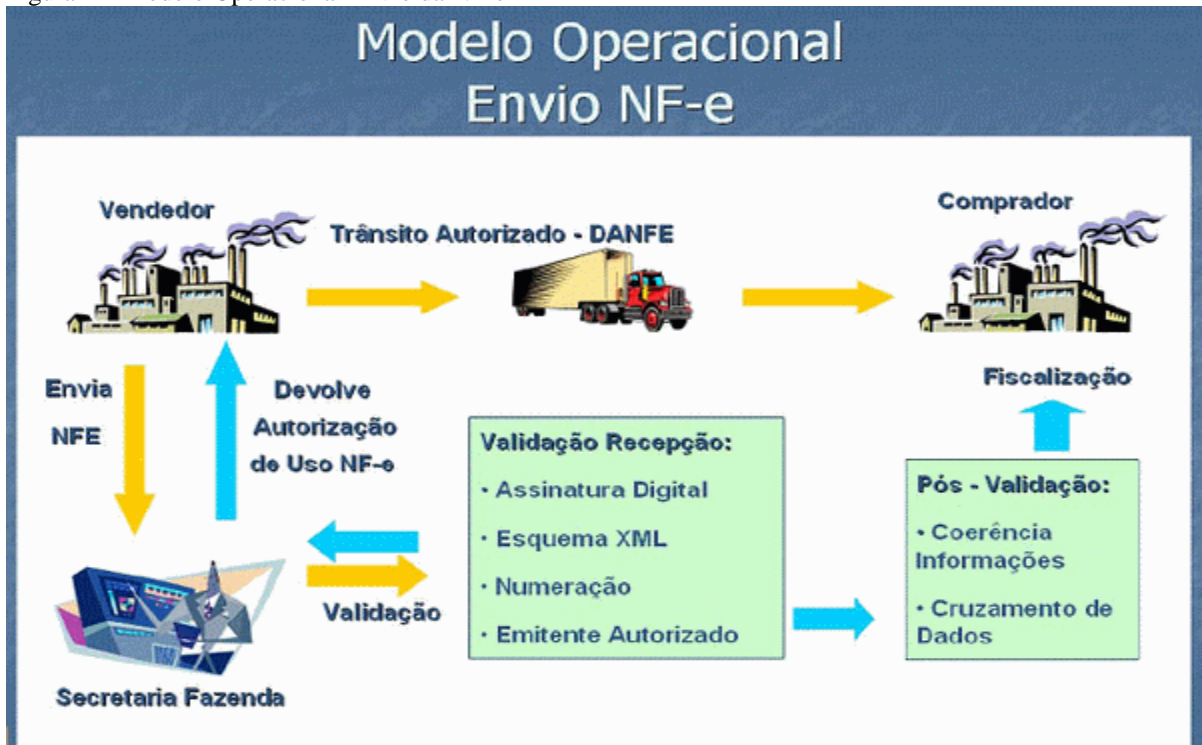
eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Segundo a Receita Federal, a Nota fiscal Eletrônica funciona da seguinte maneira:

- 1) A NF-e é gerada em arquivo com extensão XML por software autorizado pela Receita Federal. Seu layout e preenchimento dos campos nela contidos terão de estar em conformidade com Ato Cotepe definido. O arquivo deverá ter assinatura digital do emissor conforme o padrão do ICP – Brasil;
- 2) A mercadoria deverá estar acompanhada pelo Documento Auxiliar de Nota Fiscal (Danfe). Ele poderá ser impresso em papel normal, não possuindo, tendo a finalidade de identificação da NF-e. Caso seja necessária a consulta, esta poderá ser feita através da Chave de Acesso;
- 3) A chave de acesso permite que a NF-e seja consultada, tanto no Portal da Nota Fiscal eletrônica (<http://www.nfe.fazenda.gov.br>) ou no site da Secretaria da Fazenda na qual a NF-e foi emitida. Ela ficará disponível para confirmação da sua existência e validade por um período de 180 dias. Todos os dados contidos no XML poderão ser acessados.

A figura 1 ilustra o modelo operacional de envio da NF-e:

Figura 1 – Modelo Operacional Envio da NF-e



Fonte: VIANNA, 2009

Vale ressaltar uma recomendação feita pela Receita Federal do Brasil:

O contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá escriturar os dados contidos no DANFE para a escrituração da NF-e, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência da NF-e nos arquivos das administrações tributárias envolvidas no processo, comprovada através da emissão da Autorização de Uso. O contribuinte emissor da NF-e realizará a escrituração a partir das NF-e emitidas e recebidas.

Após o envio, as informações enviadas serão alvo de futuras consistências em relação à coerência dos dados contidos na NF-e, sendo base nacional para cruzamento de informações tanto em âmbito municipal, distrital, estadual e federal.

### 2.1.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD)

A Escrituração Fiscal Digital é um dos grandes projetos introduzidos pelo Sistema de Público de Escrituração Fiscal. Esse projeto se consolidou por meio de Convênio feito entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Conselho Nacional de Políticas Fazendárias, representando respectivamente os interesses da União e dos Estados, sendo sediado em

Macapá-AP esse convênio instituiu o Ato COTEPE 09/2008, contendo especificações técnicas sobre o leiaute e geração do arquivo da EFD.

Conforme Ajuste SINIEF 2/09, cláusula quarta, “O arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do layout definido em Ato COTEPE e conterá a totalidade das informações econômico-fiscais [...]”. (aparece nas referências?) Sua estrutura de acordo com o Ato COTEPE será composta por blocos e registros, e substituem os livros fiscais de entradas, saídas, inventário e apuração de IPI e ICMS e de outras informações completares.

O bloco 0, da EFD, abrange as informações relativas à abertura, identificação, e referências. O bloco C contém os registros referentes a Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI). O bloco D está os Documentos Fiscais II-Serviços (ICMS). Os registros de apuração do ICMS e IPI estão contidos Bloco E. No Bloco H estão os registros referentes ao Inventário Físico. No Bloco 1 e 9 contém os registros relativos a outras informações e encerramento do arquivo respectivamente.

A consistência e envio é feito por meio da internet por intermédio de Programa de Validação e Assinatura da Escrituração Fiscal Digital conforme cláusula décima. Conseqüentemente, a qualidade dessas informações será formada pela empresa que envia os arquivos.

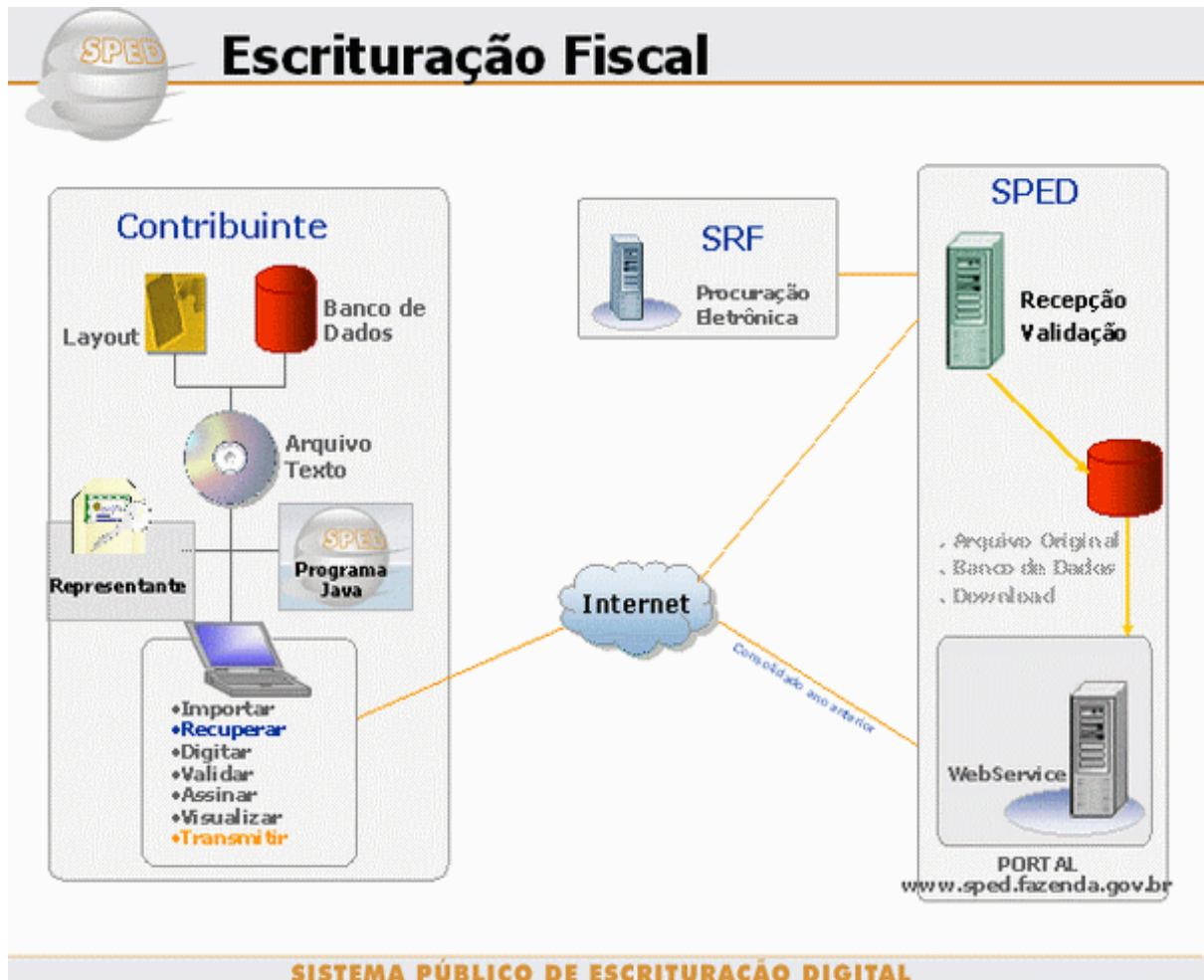
A integridade e validade jurídica da EFD estão disciplinadas pela cláusula primeira, § 2º do Ajuste SINIEF 2/09, que afirma:

Para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica da EFD, as informações a que se refere o § 1º serão prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte ou seu representante legal, certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL.

Conforme o Decreto Estadual de Goiás nº 6.981, art. 356 - C:

A Escrituração Fiscal Digital - EFD - compõe-se da totalidade das informações, em meio digital, necessárias à apuração do imposto referente à operação e prestação praticada pelo contribuinte do ICMS ou IPI, bem como outras de interesse da administração tributária e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB - (Ajuste SINIEF 2/09, cláusula primeira, § 1º).

A figura 2 ilustra o modelo operacional da Escrita Fiscal Digital:



Fonte: VIANNA (2009, p.25)

O Guia Prático da EFD pode ser encontrado no portal do Sistema Público de Escrituração Digital e os contribuintes obrigados à entrega da EFD estão dispostos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 1.020/10-GSF, de 27 de dezembro de 2010.

## 2.2. AUDITORIA ESPECÍFICA DE MERCADORIAS

Além das informações de valores alusivos aos livros fiscais contidas no EFD/ICMS-IPI, existem informações referentes aos produtos à nota fiscal eletrônica e cupons fiscais, tal fato possibilita ao Fisco acompanhar o estoque mensal de seus contribuintes.

A obrigatoriedade da EFD proporcionou ao Fisco ter uma segurança razoável em relação a essa auditoria na medida em que informações contidas nesse arquivo para auditoria possuem segurança e a validade jurídica naturais do Sistema Público de Escrituração Digital.

O Estado de Goiás realiza a Auditoria Específica de Mercadorias, cuja fundamentação legal se encontra na Instrução de Serviço nº 15/2009-SAT, de 5 de outubro de 2009, que “analisa de forma quantitativa o fluxo de entradas e saídas de mercadorias num determinado período, levando-se em consideração os estoques inicial e final”.

O objetivo principal dessa auditoria é verificar se existem omissões de entradas ou saídas de produtos, através do EFD, cobrando o ICMS essa diferença. Esta é aplicada em empresas contribuintes do ICMS, “[...] tais como produtor, industrial, comercial, armazém geral [...]”, desde que façam sua escrituração fiscal regular.

As omissões são conseqüências das discrepâncias de estoque, representada pela equação matemática “Estoque Inicial + Entradas = Saídas + Estoque Final”. Nota-se que a desigualdade se reflete em omissões de entrada no lado esquerdo da equação e omissões de saídas no lado direito.

O resultado dessa auditoria é explicitado por meio de quadro demonstrativo “Conclusão da Auditoria Específica (APÊNDICE 1). Por meio dos resultados desse demonstrativo, o FISCO com base nas divergências de estoque, calcula o ICMS e as penalidades cabíveis a essa infração.

Segundo a Instrução de Serviço, ao iniciar essa auditoria deve-se separar as espécies de mercadorias. A análise da rotatividade e do valor unitário é necessária para dar prioridade aos itens do estoque que possuem maior representatividade econômica na atividade do contribuinte.

Quanto ao período a ser analisado pode abranger um exercício comercial completo ou parte dele. Em casos que houver mudança de alíquota ou de situação tributária a auditoria, deverá ser dividida em períodos, de acordo com as alterações e sua omissão de saída será considerada como inventário.

No entanto, a legislação pode determinar que a empresa faça um novo inventário a partir da modificação da alíquota ou situação tributária.

Conforme o Manual de Auditoria relata, existem algumas empresas que podem fraudar o inventário final através de cortes ou enxerto. Sugere-se o uso do elemento surpresa, no qual auditor fiscal vai ao estoque da empresa e faz a contagem das mercadorias pré-selecionadas.

Neste caso é ressaltada a importância da rapidez do trancamento de estoque e quanto antes as autoridades fiscais chegarem ao estabelecimento sob investigação, para evitar que pessoas mal intencionadas prejudiquem o trabalho por meio de algum artifício.

É indispensável o acompanhamento do responsável pela empresa ou encarregado, para confirmar por meio de assinatura, se os dados descritos no termo de trancamento de estoque são verdadeiros e sem erros manuais.

Atualmente, a Receita Estadual por meio de regimento interno, exige empresas que por reiterada infração ou investigação entregar o inventário mensalmente por meio da EFD-ICMS/IPI no bloco H.

### **2.3. CONTROLE DE ESTOQUE**

Os estoques são bens mantidos na entidade com objetivo de comercialização ou utilização própria (consumo ou industrialização), no decorrer normal das atividades e na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC- PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Estes ativos são de grande relevância em ramos de comercialização e industrialização.

Conforme Iudicibus (2010, p. 93) “[...] o levantamento correta dos inventários inicial e final é fundamental para apuração adequada do lucro líquido do exercício”. Segundo Corrêa, H.; Corrêa, C. (2005, p. 355), pode-se descrever estoque como “acúmulo de bens da empresa tem como finalidade operacional garantir às flutuações de demanda”.

Dessa forma, se torna importante, um controle que proporcione um nível de segurança razoável de estocagem, nem muito alta para não onerar com despesas de armazenamento e nem tão e baixa.

Sá (1995, p. 199) explica que se deve pelo menos ter um estoque mínimo, que seria “[...] a menor quantidade de bens que se deve provisionar para que não haja paralisação das operações”. Já Dias (2007, p.63) argumenta que a falta de estoque provoca um custo de esgotamento, acarretada pela indisponibilidade de materiais ocasionando à perda de venda.

Por conseqüência, as contagens regulares ou periódicas das quantidades físicas são muito importantes para verificações de possíveis distorções entre o sistema de informação e existência física dos produtos, porém cabe a cada empresa o bom senso de determinar levantamentos adicionais aos inventários anuais.

Segundo Arnold (1999, p.366), o planejamento da contagem do estoque físico, é relevante à medida que fornece à gestão, meios mais efetivos para possíveis intervenções corretivas em relação aos níveis das mercadorias, perdas ou até extravios.

As discrepâncias entre e as reais existências das mercadorias e suas posições no sistema, geram problemas de ordem fiscais, financeiros e contábeis. De acordo com Iudicibus (2010, p.92), “este aspecto tem gerado distorções significativas nas demonstrações contábeis de inúmeras empresas, e nada adianta bom critério de avaliação e custos se as quantidades estiverem erradas”.

Portanto, a atualização diária e a definição de controles analíticos confiáveis, com fim se resguardarem os ativos, são importantes tanto para fins contábeis com para gestão da empresa.

Segundo Iudicibus (2010, p.93) os controles quantitativos e em valor dos estoques devem ser mantidos em consonância com fluxo, os custos apurados e existência físicas desses mesmos estoques.

## **2.4. CONTROLE INTERNO**

Tendo em vista a profundidade das mudanças fiscais brasileiras, é necessário que as empresas reestruturarem seus controles internos como um todo. Para (AICPA, 1949 *apud* Oliveira, 2011, p. 02), controle interno:

[...] compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas adotados pela empresa para salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, promoverem a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela administração da companhia.

A partir do que foi dito, pode-se afirmar que o controle interno é à base da estrutura organizacional de uma empresa. Por meio dele, a empresa garante todas as medidas necessárias para sua continuidade a nível interno.

Para Oliveira (2011), o controle interno é confiável quando se tem como finalidade proteger os ativos contra atos ilícitos (fraudes ou roubos) e/ou contra a ineficiência no uso dos recursos pessoais, materiais e políticas existentes, sendo esses controles adequáveis ao contexto organizacional que está inserido e fornece informações no momento em que forem exigidas para a tomada de decisão.

O Comitê de Organizações Patrocinadoras (COSO), em 1992 criou um modelo muito importante para área de controle interno. Este modelo parte da idéia que existem muitas organizações, mas com objetivos distintos.

Todo esforço das organizações são no sentido de obter eficiência e eficácia nas suas operações; a produção de relatórios financeiros de qualidade e o uso de praticas que atendam totalmente às exigências legais e aos regulamentos externos e internos (*compliance*).

Segundo os componentes do controle interno, conforme o modelo de COSO, este deve ser dividido em: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informações e estrutura de comunicação. Os controles devem permear todas suas funções de negócios e todas suas unidades operacionais.

A estruturação de um controle interno que ofereça uma segurança razoável está diretamente ligada com a cultura organizacional pré-existente na entidade. Para Oliveira (2010, p.12) “o sistema de controle interno é fortemente influenciado pelo ambiente de controle da empresa, que reflete as crenças, os valores da administração, formando um ambiente favorável ou desfavorável para a implantação e a execução dos procedimentos”.

O nível e a forma de estruturação organizacional, o grau de comprometimento e colaboração tanto da administração quanto dos funcionários são alguns fatores ambientais que devem ser observados no momento da implantação dos controles. Para o controle interno de estoque, é necessário criar mecanismos de rastreamento de falhas e desvios, para que tenham função de prevenir, detectar e corrigir procedimentos inadequados.

Nesse contexto, podem ser inseridos diversos controles baseados em seus princípios operacionais que passam desde a aquisição de *hardware* e *software* mais potentes que auxiliem nesse controle até manuais de condutas, procedimentos e rotinas.

Precisa ser levada em conta a real necessidade da implantação de determinados controles para a realidade da empresa, visto que é um processo financeiramente muito oneroso.

Dentre esses controles, destacam-se, pela sua relevância, o uso da “Auditoria Específica de Mercadorias” e a contagem física. O primeiro reflete a realidade documental do fluxo de mercadorias, detectando as falhas no controle de estoque (omissões), sendo procedimento de auditoria utilizado pelo Fisco Estadual Goiano.

O último tem como objetivo comprovar a existência desses ativos, sendo o cruzamento das informações fiscais e físicas, torna-se, portanto, um meio relevante para a detecção de fraudes e de falhas.

## **2.5. AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

A tecnologia de informação (TI) inicialmente era voltada para públicos militar e grandes faculdade, sendo constituído de computadores e programas com função de armazenar, processar e analisar informações.

Na década de 1980, quando se popularizaram os computadores pessoais ao mesmo tempo surgiu uma grande demanda por sistemas de automação contábeis e gerenciais. Tal fato aconteceu ao mesmo tempo em que houve uma revolução fabril nas quais robôs, sensores e outros dispositivos passaram receber ordens de diretas de software integradas a linha de produção das indústrias.

A década de 1990, trouxe também grandes avanços para as redes de computares tais como sua padronização mundial por meio do protocolo TCP/IP (*Transmission Control Protocol*) e *World Wide Web* (WWW); esta originou a internet, utilizada atualmente. Essa mudança possibilitou que os computadores se comunicassem de dentro organizações e com mundo de forma padronizada.

Com essa grande evolução tecnológica, os sistemas de informação aumentaram sua complexidade e interatividade, sendo indispensáveis para funcionamento das empresas. Conforme (Gonçalves e Riccio, 2009, p. 13), sistema de informação pode ser definido como:

um sistema que integra usuários e TI com o fim de fornecer informações e dar suporte às operações e funções de administração, à tomada de decisão e ao controle, em quaisquer dos níveis da gestão empresarial: operacional e/ou gerencial e/ou estratégico.

Segundo (SCHMIDT, 2009) os objetivos da auditoria de sistema são: garantir a adequação dos sistemas de controles atuais e os que vão ser incorporados a ele; avaliar por meio de custo/benefício e a viabilidade dos recursos empregados; verificar se os ativos estão protegidos de maneira adequada; examinar se os relatórios financeiros produzidos pelos sistemas de informação são íntegros, confiáveis e eficientes.

As seguranças físicas e lógicas necessitam de controles, nos quais, envolvem grande diversidade de meios para resguardar os recursos em face da variedade de perigos no ambiente da tecnologia da informação.

O *Control Objectives for Information and related Technology* (COBIT) é um modelo de direcionamento da gestão de tecnologia da informação, divulgado pela ISACA (Associação de Auditoria e Controle de Sistemas de Informação).

Segundo (ISACA, apud SCHIMIT, 2000) o COBIT foi desenvolvido com base em pesquisas sobre controles internos, inclusive abrangeram o modelo COSO. Essa pesquisa

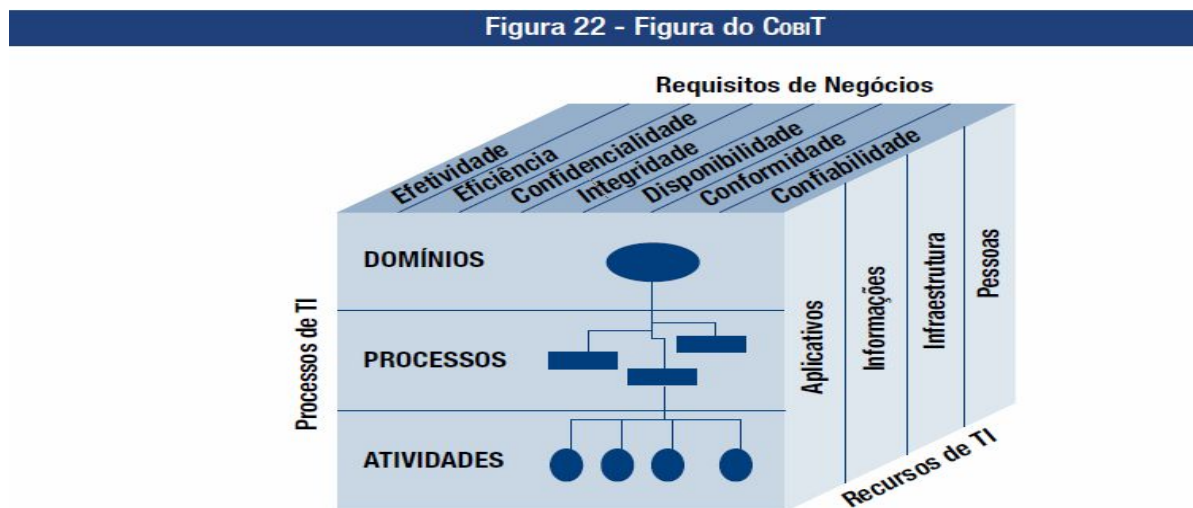
definiu diretrizes, procedimentos, praticas e estruturas organizacionais com objetivo de propiciar razoável garantia de que os objetivos empresariais serão alcançados e de que situações de risco serão detectadas e retificadas.

O COBIT proporciona um direcionador das boas práticas a serem adotadas por meio de modelo processos e controles dentro de uma estrutura lógica e gerenciável. Esses conceitos são descritos por especialista, enfatizando mais nos controles em si do que a execução. Tendo como finalidade orientar as atividades são enunciados objetivos de controles e processos de alto nível.

Conforme o COBIT os requisitos nos quais devem ser avaliados durante a auditoria são: dados estruturados ou não, ponderando o sigilo de informações pessoais e preservação dos registros organizacionais; sistemas de aplicação, avaliando os procedimentos manuais e computadorizados.

É necessário que sejam evitados riscos de desrespeito à propriedade intelectual dos sistemas de aplicação computadorizados; tecnologia: hardware, sistemas operacionais, sistemas de gerenciamento de bancos de dados, redes; infra-estrutura: recursos utilizados para operacionalização da organização; pessoas: incluem todas as pessoas envolvidas nas atividades de planejamento, organização, aquisição, entrega apoio e monitoramento dos sistemas de informação e serviços.

Figura 3 – Requisitos de Negócio (COBIT)



Fonte: (COBIT, p.29)

Os riscos operacionais dentro de sistema de informação podem ocasionar transtornos ou até paralisar o funcionamento da empresa dentro ciclo normal de negócios. Para tal, é

necessária a estruturação de controles internos em níveis de segurança razoável para resguardar o patrimônio da entidade.

Esses riscos podem derivar de erros humanos, em processos ou dentro dos sistemas ou por fatores externos, resultado da falta de atenção dos empregados ao executar suas funções, deficiência de mecanismos de segurança operacionais, ausência de controle físico sobre os ativos, falhas técnicas em equipamentos fruto da falta de manutenções e verificações preventivas.

Apesar dos riscos, existem pontos positivos dos controles internos no sistema informatizado como proporcionar maior consistência de processamento que sistemas manuais, pelo fato de uniformizar as transações aos mesmos controles. Além de propiciar relatórios contábeis mais tempestivos, que por sua vez fornecem à gestão, meios mais dinâmicos de examinar, comparar e monitorar as operações.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa quanto aos objetivos se caracteriza como descritiva, ao evidenciar as inconsistências mais significativas entre o controle interno de estoque exigido pelo SPED Fiscal.

Para (SILVIA e MENEZES, 2001 apud CARMO, 2009, p. 13) o objetivo da pesquisa descrita é “[...] descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”.

A respeito dos procedimentos técnicos será utilizada uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, legislação, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet que será de base para levantamento acerca do tema citado.

Foi realizado um estudo de caso com uma empresa que está obrigada a cumprir imposições da Receita Federal do Brasil para o SPED Fiscal. De acordo com (SILVIA e MENEZES, 2001 apud CARMO, 2009, p. 13) “Estudo de caso: quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

O estudo de caso valeu-se de uma avaliação pormenorizada dos elementos de controle interno de estoques, ao ter como sustentáculo em termos de validação das conclusões da pesquisa a aplicação de um questionário em uma empresa do ramo de varejo alimentícios (supermercado), na cidade de Goiânia, Goiás.

Do ponto de vista da abordagem, o problema será tratado de forma qualitativa, uma vez que busca analisar a influência da Escrituração Fiscal Digital no controle interno da empresa.

Para (SILVIA e MENEZES, 2001 *apud* CARMO, 2009, p. 13):

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

O trabalho será realizado em uma empresa de varejo de produtos alimentícios na cidade de Goiânia-Goiás, devido à enorme variedade de produtos, alta rotatividade de mercadorias e dificuldade de controle de estoques.

Segundo dados do Departamento de Economia e Pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados, em abril de 2011, o setor teve crescimento de 13,60% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A empresa possui vinte funcionários, e faturamento anual de três milhões e quinhentos reais e suas demonstrações contábeis não foram auditadas no último exercício social de 2010.

Os dados foram coletados por meio de entrevista realizada no mês de novembro de 2011, com o proprietário da empresa, utilizando questionário de perguntas fechadas, com objetivo de apurar o sistema de controle interno focado no estoque, bem como a adaptação da empresa diante da legislação da Escrita Fiscal Digital.

Os dados da coleta foram analisados e confrontados com padrão razoável de controle interno dentro de uma empresa, além de verificar qual influência ela sofreu após a exigência da EFD-ICMS/IPI. Para isso foi realizada uma leitura crítica e interpretativa das fontes dos dados, na qual se analisou os critérios empregados na apresentação do projeto. Dessa forma, foi possível estruturar o desenvolvimento do estudo.

O questionário foi dividido em: Auditoria da Informação, Escrituração Fiscal Digital e Controle de Estoque. A análise de cada ponto de controle interno pode afetar de forma direta ou indireta na qualidade e na preservação dos arquivos da EFD. Inversamente a essa nova exigência, proporciona-se uma mudança nos hábitos organizacionais e no sistema de informação.

## 4. RESULTADOS

### 4.1. Auditoria de Sistemas de Informação e Escrita Fiscal Digital

As perguntas do questionário I (ANEXO 1), foram feitas com base no Schmidt (2009). O objetivo das perguntas foi testar as áreas de controle, para isso os seguintes pontos de controle foram levantados: infra-estrutura, política de segurança, política pessoal, segurança física e lógica e de mídias magnéticas, microinformática.

Segundo Schmidt (2009), os pontos de controles citados acima foram feitos a partir de “[...] normas de segurança da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NBR ISSO IEC 17799 (*Information Technology*),... e à COBIT [...]”.

Ao analisar os dados pode-se notar diversos pontos de falha no controle interno da empresa supramencionada. A infra-estrutura da empresa não apresenta detectores de fumaça, aumento de calor e umidade, para Schmidt (2009, p.41) esse subitem é aspecto relevante que deve ser examinado pela auditoria de sistema de informação.

A presença de extintores na sala do servidor, conforme Schmidt (2009, p.42) é de grande importância, reforçando o perigo da ausência desse material na empresa em questão. Além falta de refrigeração na sala do servidor, o que pode ocasionar aquecimento e diminuição da vida útil das máquinas que se encontram nesse local.

Em relação às carências nos pontos de controle na política de segurança: existe falta de divulgação formal e fiscalização das políticas de segurança aos funcionários, terceiros e prestadores de serviços. Para Schmidt (2009, p.43) essas políticas de segurança citadas anteriormente são necessárias, e fazem parte da organização funcional e tecnológica.

Não existem cópias de seguranças da EFD e XML das notas fiscais, sendo obrigatório à guarda desses arquivos magnéticos conforme legislação vigente por período de cinco anos, dessa forma a empresa fica exposta à contingência tributária até a recuperação desses arquivos.

Segundo Schmidt (2009, p.49) é necessário à realização com periodicidade estabelecida, de procedimentos de cópias de backup de arquivos importantes. A EFD é um arquivo extremamente importante do ponto de vista fiscal, esse procedimento faz parte da segurança física e lógica das mídias magnéticas, programas e arquivos de sistemas vitais.

Detectou-se, também, a falta de atualização banco de dados, a falha na restrição de sites ao acesso e *download* de sites incompatíveis com atividade exercida pelos funcionários da empresa e a inexistência de bloqueadores de hardwares e softwares não autorizados.

Conforme Schmidt (2009, p.49) a proteção das redes e a microinformática são pontos relevantes, e sua segurança depende da atualização do banco de dados do servidor, restrição de acesso à internet e ao sistema de informação da empresa.

A falha desses controles pode provocar a interferência direta por funcionários ou terceiros, facilitando as alterações de dados sigilosos e fraude no sistema. Além da possibilidade de ocasionar possível corrompimento de dados advindos de vírus virtuais e suas variações ou pela própria falta de atualização dos aplicativos.

As conseqüências da ineficiência nos controles de informação podem significar a perda parcial ou total dos dados do sistema de informação. Os dados contidos entre um *backup* e outro podem ficar irrecuperáveis.

Apesar de suas deficiências de sistema da informação, nota-se pelo questionário que a empresa está tomando suas medidas para resguardar seu sistema de informação. Tal fato ocorre por meio do treinamento e rodízio de funcionários, controle de acesso virtual, *backup* periódicos dos programas e arquivos vitais ao sistema.

Pontos de controle da empresa entrevistada, com base nas medidas e contramedidas na área de controle dos sistemas de informação segundo Schmidt (2009):

Quanto à infra-estrutura: a empresa possui sistema de alarme; a sala do servidor está sendo monitorada por câmeras; a sala do servidor localiza-se em uma distância segura do depósito de produtos inflamáveis ou nocivos aos equipamentos; as instalações elétricas possuem condutores diferentes dos cabos de transmissão de dados; existem aterramentos para equipamentos de informática; os *no-breaks* estão instalados e funcionando no servidor e funcionando nas unidades de caixa do supermercado e é feita limpeza diária na sala do servidor.

Em relação à política de segurança: existe a ciência de punições para os casos de não aderência às políticas de segurança. Já ao se tratar da política pessoal: é utilizado um sistema de hierarquia no controle de senhas; os funcionários são treinados para executar todas as atividades fundamentais para funcionamento da empresa; existe o rodízio de funcionários para as diferentes funções e no ato da contratação são verificados os antecedentes dos funcionários e a empresa interrompe o trabalho dos funcionários imediatamente após a decisão de dispensa.

Quanto à segurança física e lógica de mídias magnéticas: é feito *backup* periodicamente dos da maioria dos programas e arquivos de sistemas vitais; as mídias magnéticas de segurança estão armazenadas em local seguro fora das dependências da empresa; as mídias estão catalogadas conforme a data de *backup* e representam fielmente a versão original.

Em relação à microinformática e redes: é feito à manutenção periódica do servidor e dos computadores do caixa; os softwares instalados no servidor são compatíveis com sistema operacional; a versão do antivírus é original e está atualizada; o sistema operacional e os *softwares* utilizados pela empresa são originais; o sistema operacional e os softwares utilizados pela empresa são feitas atualização periódica; o *firewall* do servidor e das máquinas que utilizam a internet está devidamente habilitada e são realizados controles de *logs* em todos os computadores da empresa.

Quanto à Escrita Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI): as mercadorias estão cadastradas com seu nome correto e separadas por sessão, também estão cadastradas com Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) correto; os códigos da situação tributária (CST) de entrada e saídas estão cadastrados de forma adequada; os produtos estão cadastrados com a tributação correta conforme a legislação vigente; sistema operacional utilizado pela empresa possui centralização das unidades de pagamento de vendas, conseqüentemente ECF´s e a equipe de profissionais estão capacitadas para atender novas exigências da EFD.

De acordo com o questionário, a empresa utiliza um procedimento de extrema importância para controle de estoque, que é a uniformização pela menor unidade de medida. Dessa forma os registros dos produtos na entrada possuem as mesmas unidades que dos produtos de saídas. Além de melhor a nível gerencial a empresa evita grandes distorções nas informações enviadas por meio da EFD/ICMS-IPI.

## **4.2 Controle de Estoque**

O questionário do controle de estoque foi elaborado a partir dos procedimentos a serem observados quanto ao controle interno de estoques de (Oliveira, 2011).

### **4.2.1 Pontos de risco no controle de estoque**

Os locais de estocagem não são adequados quanto à acessibilidade de terceiros ou pessoas não autorizadas, conforme se constatou por meio da questão três deste questionário. Para Almeida (2010, p.45) “a empresa deve limitar o acesso de seus funcionários a seus ativos e estabelecer controle sobre eles”.

A questão quatro aponta falha no sistema de controle interno, na entrada e saídas de mercadorias sem documentação suficiente. A insuficiência de procedimentos relativos à

circulação de mercadorias, pode causar o desvio dessas por funcionários e terceiros mal intencionados.

A questão seis verificou-se que os registros de mercadorias no sistema informatizado de estoque são feitos pelo mesmo pessoal que autoriza a movimentação de estoques. De acordo com Attie (2009, p. 155) deve existir um sistema de autorização e aprovação, ou seja, “... abrange o controle das operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos. Na medida do possível, a pessoa que autoriza não expor os riscos os interesses da empresa”. Então, o encarregado da escrituração documental das mercadorias não deve ter acesso ao local onde as mesmas se localizam.

A questão sete deste questionário demonstra a falta de interação entre o sistema contábil e o sistema de gerenciamento utilizado pela empresa. Tal fato por não haver nenhum procedimento de apuração das diferenças encontradas entre o sistema de controle de estoque da empresa e contabilidade. As diferenças não são investigadas pelo pessoal da contabilidade antes de serem ajustadas. E a questão cinco “d” reforça essa falta de integração entre o controle de estoque e contabilidade.

O tratamento do custo unitário não esta de acordo com a legislação, na questão cinco “c”. Já a questão seis “c” mostra que os registros no sistema informatizado de estoque são feitos por pessoal que não tem acesso aos controles contábeis e registros contábeis e de custos.

As posições dos estoques não são revisadas periodicamente no sentido determinar existências excessivas ou insuficientes, obsoletas ou de baixa rotação (em função de máximos e mínimos ou outras medidas), segundo a questão nove.

Os estoques imprestáveis, deteriorados, obsoletos, conforme aponta a questão oito “a”, a empresa não efetua as saídas desses produtos por meio da emissão de notas fiscais com Código de Operação Fiscal 5.927 (lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração). A falta de documentação fiscal dos produtos inutilizados causa contingência de ordem fiscal e no controle de estoque.

De acordo com falha apontada no parágrafo anterior a empresa pode ser penalizada pela omissão de saída desse produto não registrado como perda conforme a Auditoria Específica de Mercadorias.

Por conseqüência esta será obrigada a pagar o ICMS e as sanções cabíveis caso seja fiscalizada, além de perder o direito de apropriar-se dessa perda na contabilidade como despesa, conseqüentemente pagando mais Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro.

De acordo com Attie (2009, p. 155) à atualização constante da legislação em vigor, tem o intuito de diminuir a exposição das empresas a contingências fiscais pela não obediência aos preceitos vigentes.

Nesse caso analisado no item oito “a” além da empresa pagar mais imposto pela falta de controle sobre estoque, ela ainda exposta as contingências fiscais.

#### **4.2.2 Pontos positivos do controle de estoque**

Os estoques da empresa estão mantidos sob tutela e responsabilidade de pessoal adequado, de acordo com questão um. Mostra que, nesse quesito, a empresa apresenta determinação de função e responsabilidade, Attie (2009) considera esse aspecto uma forma de salvaguardar os interesses da empresa.

A questão dois aponta que os locais de estocagem são adequados quanto a roubo, fogo, perda, extravios. Para Oliveira (2009) essa localização dos estoques é importante para proteção do patrimônio da empresa.

A questão nove “b” demonstra que a entidade executa o levantamento das posições dos estoques periodicamente, no sentido de levantamento físico das mercadorias contra posição do estoque do programa, fora da época do inventário anual.

As contagens dos estoques de mercadorias são confrontadas com sistema da empresa é benéfico, pois possibilita a uniformização das entre as informações das quantidades das mercadorias e sua real existência.

As funções de compras estão segregadas em recepção, controle de estoques e pagamentos (financeiro), de acordo com a questão onze. A segregação de funções torna os controles internos mais seguros.

Attie (2009, p.155) explica que “ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes de uma operação. Cada uma das fases deve preferencialmente, ser executada por pessoas e setores independentes entre si”.

Existe aprovação superior para compras com valores excedentes a determinados limites, de acordo com questão doze. Para Oliveira (2009, p.17) “[...] precisa existir a determinação de alçadas e limites de preços em relação às compras para tornar esse procedimento acobertado de segurança razoável”.

A portaria da empresa é dotada de balança apropriada e adequada à conferência dos pesos declarados nos documentos de compra, conforme a questão dezesseis. De acordo com Oliveira (2009), esse procedimento deve fazer parte de bom controle interno. Entende-se pela

própria segurança da transação entre fornecedor e comprador, além de fornecer dados precisos em relação à entrada de mercadorias.

Sobre o controle de qualidade das mercadorias recebidas, existem normas para aceitação ou recusa no caso de má qualidade, má especificação técnica, descrito na questão dezoito “c”.

Quanto às saídas de materiais, produtos ou mercadorias: os procedimentos existentes garantem que toda a saída seja registrada e existe monitoramento via câmera da movimentação das unidades de pagamento de vendas, apresentado na questão vinte e um.

O supermercado possui barreiras físicas que impedem seus clientes de passar suas compras de passar por outros locais a não ser os terminais de vendas. Além de existirem fiscais de caixa e monitoramento via câmera para ter uma segurança razoável da saída de mercadorias sem registro e/ou pagamento.

Com base no questionário pode-se analisar que existem alguns pontos de controles estruturados, no entanto, há grandes deficiências de controle que prevalecem sobre os pontos de controle estabelecidos. Estes podem comprometer a segurança do patrimônio da entidade e expor a empresa a distorções significativas, relativas às quantidades de mercadorias no estoque.

A falta de políticas de segurança também no controle de estoque pode ser visualizada através da falta de controle de acessos físicos, além da ausência de manuais de procedimentos internos, propiciando assim comportamentos impróprios a um sistema básico de controle interno.

Mesmo com aspectos negativos, verificou-se através da conversa informal a disposição da administração, em melhorar o nível de controle da organização. De acordo com Boyton (2002, p.342): “a probabilidade que códigos formais de conduta, conselheiros externos, manuais formais de boa segregação em entidades de menores é pequena.” Porém, relata que essa lacuna pode ser preenchida com incremento de que ressaltem como princípios a integridade, valores éticos e competência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que após a análise dos dados do estudo de caso, a empresa em questão apresentou problemas de controle interno de estoque a partir da implantação do SPED-FISCAL, visto que as exigências do Fisco são relevantes para aprimoramento dos controles.

Entre eles, os principais são: falta de controle de acessos físicos e virtuais, política de pessoal e de segurança formalizada e ausência de manuais de procedimentos operacionais da empresa. Essas carências de controle interno prejudicam seriamente a integridade das informações geradas para a EFD, diante da fragilidade em termos de validação dos dados para EFD.

Por conseguinte, notou-se que mesmo com a obrigatoriedade da Escrita Fiscal Digital, não houve adequação significativa do controle de estoque da empresa varejista de produtos alimentícios. Tal fato ocorreu porque a empresa pesquisada ainda possui muitos pontos que colocam em risco a segurança patrimonial e as sanções legais impostas pelo Fisco por envio de informações distorcidas podem ocorrer sistematicamente.

Como já foi dito anteriormente deve existir uma maior conscientização e comprometimento da gestão da empresa pesquisada. A empresa possui potencial de crescimento no mercado local, porém é necessário o fortalecimento dos pontos de controle.

Mostrou-se também que a principal forma do Fisco Estadual para controlar o estoque das empresas goianas é a Auditoria Específica de Mercadorias, pois por meio dessa, o auditor pode coletar os dados da EFD/ICMS e NF-e ao detectar, assim, as omissões de estoque e cobrando o ICMS junto com penalidades cabíveis ao contribuinte.

Foi possível averiguar que essa nova exigência impõe transformações nos hábitos organizacionais e nos sistemas de controle interno da entidade, uma vez que os controles internos, além de protegerem o patrimônio da empresa, vão ser necessários para gerar informações confiáveis e de qualidade para gestão e para o Fisco. E a empresa não possui controles suficientes para evitar autuações, caso seja feita pela Receita Estadual a auditoria acima mencionada.

Apesar dos riscos de controle interno, a empresa apresenta pontos específicos de controle tais como: a tutela e responsabilidade do estoque por pessoal adequado; localização desse ativo em local adequado; sistema de autorização e aprovação das compras; contagem física das mercadorias em datas diferentes do inventário final; uso de sistema de segurança por meio de câmeras.

Como sugestões para futuras pesquisas, em função da limitação imposta pelo estudo de caso único, estabelecem-se possíveis condições para que, em estudos futuros, esse universo pesquisado seja estendido a um conjunto pré-determinado de empresas com vistas a se avaliar os elementos aqui delineados de forma qualitativa e quantitativa.

## REFERÊNCIAS

- ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.
- ATTIE, Willian. **Auditoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PME**: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
- CORRÊA, Henrique L, CORRÊA, Henrique. **A Administração de produção e de operações**: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2005.
- GONÇALVES, Rosa; RICCIO, Edson. **Sistema de informação**: ênfase em controladoria e contabilidade. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IMONIANA, Joshua. . **Auditoria de sistema**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SÁ, Antônio Lopes, SÁ, Ana M. Lopes. **Dicionário de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José; ARIMA, CARLOS. **Fundamentos da Auditoria de Sistemas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- VERGARA Sylvia Constante. **Projetos e relatório de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- IUDICUBUS, Sergio. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto R.SANTOS,Ariovaldo.Manual de Contabilidade Societária:aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- BOYTON, William C. JOHNSON, Raymond N., KELL, Walter G.AUDITORIA. São Paulo: Atlas, 2005.

### Fontes Eletrônicas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. **Índice Nacional de Vendas**. Disponível em: <<http://www.abras.com.br/economia-e-pesquisa/indice-de-vendas/historico>>. Acesso em: 07 jun. 2011.
- BRASIL, **Constituição (1988)**. Resolução nº. 17, de 1991. Altera o Sistema Tributário Nacional e dar outras providências, através do inciso XXII, do artigo 37 da Emenda Constitucional nº. 42, de 2003. Brasília, outubro 1988.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm#art37xxii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#art37xxii) >. Acesso em: 10. Jun.2011

\_\_\_\_\_. **Decreto Estadual de Goiás nº 6.981**, de 03 de setembro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Portal Encontro Nacional dos Administradores Tributários**. Disponível em:

< <http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/> > Acesso em: 12 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Cooperação ENAT nº 02/2005 - II ENAT**, de 27 de agosto de 2005.

Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Protocolos/2005/protocolo2.htm>> Acesso em: 12 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Cooperação ENAT nº 03/2005 - II ENAT**, de 27 de agosto de 2005.

Disponível

em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Protocolos/2005/protocolo3.htm>> Acesso em: 12 jun. 2011.

BRASIL, **Resolução nº 17, de 1991**. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm#art37xxii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#art37xxii)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA. **Ajuste SINIEF nº 2: Escrituração Fiscal Digital**, de 3 de abril de 2009.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA. **Ajuste SINIEF nº 7**.

Disponível

em:

<[http://www.fiscosoft.com.br/main\\_online\\_frame.php?home=&secao=&optcase=&page=/index.php?PID=134868&flag\\_mf=&flag\\_mt=>](http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?home=&secao=&optcase=&page=/index.php?PID=134868&flag_mf=&flag_mt=>)>. Acesso em: 12 jun. 2011.

BRASIL, GOIÁS. **Instrução de Serviço nº 15**: Manual de Auditoria e Procedimentos Fiscais, de 14 de outubro de 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica**.

Disponível

em:

<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobr.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>>>

Acesso em: 11 jun. 2011.

BRASIL, RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**.

Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br/Sped](http://www.receita.fazenda.gov.br/Sped)>. Acesso em: 14 jun. 2011.

CARMO, Carlos. **Orientações para a elaboração de conclusão do trabalho de conclusão de curso-TCC**, 2009. Disponível em :

<[http://www.ufg.br/this2/uploads/files/157/ProjetodepesquisaTCC\\_IEstrutura\\_\\_o.pdf](http://www.ufg.br/this2/uploads/files/157/ProjetodepesquisaTCC_IEstrutura__o.pdf)>

Acesso em: 22 jun. 2011

COSO. *COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE READWAY COMSSION*. Disponível em: < [http://www.coso.org/documents/COSO\\_ERMExecutiveSummary\\_Portuguese.pdf](http://www.coso.org/documents/COSO_ERMExecutiveSummary_Portuguese.pdf)>. Acesso em 08.11.2011.

ILARINO, Samira. **SPED (Sistema Público de Escrituração Digital):** impactos da sua implantação na empresa XX1. Monografia de Graduação. Faculdade Uni-BH, 2010.

ISACA. *CONTROL OBJECTIVES FOR INFORMATATION AND RELATED TECHNOLOGY*. Disponível em: < [http://www.isaca.org/obtain\\_cobit](http://www.isaca.org/obtain_cobit) >. Acesso em 19.nov.2011

OLIVEIRA, Luiz Carlos. **Apostila de Auditoria II**. Universidade Federal de Goiás, 2011.

**Portal do Encontro Nacional dos Administradores**. Disponível em: <<http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat>> Acesso em: 10 jun. 2011.

**Protocolo 02/2005 – SPED**. Disponível em: <<http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/protocolos/protocolo-02-2005-sped>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

RODRIGES, Kleber. **SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: O impacto da implantação da nota fiscal eletrônica para a contabilidade no Brasil**. Monografia de Graduação. Faculdade São José, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/48950359/SPED-O-impacto-da-implantacao-da-nota-fiscal-eletronica-para-a-contabilidade-no-Brasil>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

VASQUES, Mônica. **Metodologia Científica de Pesquisa**, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/3521025/metodologia-pesquisa>>. Acesso em: 22 jun. 2011

VIANNA, Glauce. **Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**. Disponível em: <[http://www.fiscosoft.com.br/index.php?bfnew=1&idLog=20568510&PID=210450#top\\_pos](http://www.fiscosoft.com.br/index.php?bfnew=1&idLog=20568510&PID=210450#top_pos)>. Acesso em: 05 jun. 2011.

## APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO I	SIM	NÃO
<b>Auditoria Sistema de Informação</b>		
<b>Infra-estrutura</b>		
1 - A sala do servidor da empresa possui detector de fumaça?		
2- A empresa possui sistema de alarme?		
3- A sala do servidor é monitorada por câmeras?		
4- Existe um inventário periódico e registro atualizado das principais chaves do centro de informação em poder de funcionários?		
5- A empresa possui extintores químicos na sala do servidor?		
6 - A sala do servidor reside em uma distância segura do depósito de produtos inflamáveis ou nocivos aos equipamentos?		
7 - A sala do servidor possui refrigeração adequada?		
8 - As instalações elétricas têm condutores diferentes dos cabos de transmissão de dados?		
9 - Existe aterramento para equipamentos de informática?		
10- Os no-breaks estão instalados e funcionando no servidor?		
11 - Os no-breaks estão instalados e funcionando nas unidades de caixa do supermercado?		
12 - Existe limpeza diária na sala do servidor?		
<b>Política de Segurança</b>		
13 - Existe divulgação formal da política de segurança aos funcionários, terceiros e prestadores de serviços?		
14-Existe Monitoramento da adoção, cumprimento, atualização, acompanhamento da política de segurança determinada pela alta administração?		
15 - Existe assinatura de "Termo de Compromisso" relacionados a confidencialidade das informações, códigos de identificação, senhas acesso, utilização de ativos, responsabilidades quanto à segurança?		
16 - Existe uma ciência de punições para os casos de não aderência às políticas de segurança?		
<b>Política de pessoal</b>		
17 - O funcionário que faz a inserção de notas fiscais é mesmo que faz a contagem do estoque?		
18 - É utilizado um sistema de hierarquia no controle de senhas?		
19 - Os funcionários são treinados para executar todas as atividades fundamentais para funcionamento da empresa?		
20 - Existe o rodízio de funcionários para as diferentes funções?		
21 - No ato da contratação é verificado os antecedentes dos funcionários?		
22 - A empresa interrompe o trabalho dos funcionários imediatamente após a decisão de dispensa?		
<b>Segurança física e lógica de mídias magnéticas</b>		
23 - É feito backup periodicamente dos programas e arquivos de sistemas vitais ?		
24 - Os XML de todas as notas fiscais eletrônicas estão sendo armazenados em mídias magnéticas de segurança?		
25 - Os arquivos de EFD-ICMS/IPI que são enviados estão sendo armazenados em mídias magnéticas de segurança?		
26 - As mídias magnéticas de segurança são armazenadas em local seguro fora das dependências da empresa?		
27 - As mídias estão catalogadas conforme a data de backup e representam fielmente a versão original?		
<b>MICROINFORMÁTICA E REDES</b>		
28 - É feito a manutenção periódica do servidor e dos computadores do caixa?		
29 - Existem programas bloqueadores de hardwares e software não autorizados?		
30 - Os softwares instalados no servidor são compatíveis com sistema operacional?		
31 - A versão do antivírus é original e está atualizada?		
32 - O sistema operacional e os softwares utilizados pela empresa são originais?		
33 - O sistema operacional e os softwares utilizados pela empresa são feitas atualização periódica?		
34 - O FIREWALL do servidor e das máquinas que utilizam a Internet estão devidamente habilitados?		
35 - Existe política de restrição de sites incompatíveis com atividade operacional da empresa?		
36 - É proibido o download de arquivos pessoais ou estranhos a atividade exercida pelo funcionário da empresa?		

37 - O controle de Log é feito em todos os computadores da empresa?		
38 - É feita atualização da versão do banco de dados?		
<b>ESCRITA FISCAL DIGITAL E SISTEMA OPERACIONAL INFORMATIZADO</b>		
39 - Existe assistência técnica do ERP de maneira rápida e eficiente?		
40 - Cadastro de fornecedores e clientes está atualizado e correto?		
41 - Existem mais de uma mercadoria com mesmo código?		
42 - Existem mais de um código para mesma mercadoria?		
43 - As mercadorias estão cadastradas com seu nome correto e separadas por sessão?		
44- As mercadorias estão cadastradas com NCM correto?		
45- As mercadorias estão em unidades de conversão uniforme, ou seja, a mesma unidade que sai é igual ao que entra?		
46- Os códigos da situação tributária (CST) de entrada e saídas estão cadastrados de forma adequada?		
47-Os produtos estão cadastrados com alíquota de ICMS e sua redução da base de calculo,caso tenha, estão conforme a legislação vigente?		
49- A empresa é obrigada a gerar a Escrita Fiscal Digital (EFD)?		
50 - Em relação a Sistema operacional utilizado pela empresa:		
a)Gera o arquivo EFD-ICMS/IPI?		
b)Gera Nota Fiscal Eletrônica?		
c)Importa a NF-e e EFD-ICMS/IPI?		
d)Possui centralização das unidades de pagamento de vendas,conseqüentemente ECF's?		
e)Existe controle de estoque confiável?		
f)O programa ERP faz apuração e ajuste da EFD-ICMS/IPI		
g)Existe controle de qualidade das informações enviadas por meio da EFD (relatórios ou cruzamento de informações)		
h)O ERP persiste em apresentas erros sistemáticos nos quais impede do arquivo ser validado pelo PVA?		
52- A equipe de profissionais está capacitada para atender novas exigências da EFD?		
53- Existe consciência da administração da empresa do envio da EFD?		
54- Existe programa auxiliar para verificar as informações contidas no EFD, bem como sua qualidade?		
55- Há nível de segurança razoável nas informações contidas na EFD?		

## APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO II	SIM	NÃO
<b>CONTROLE DE ESTOQUE</b>		
1 - Os estoques da empresa estão mantidos sob tutela e responsabilidade de pessoal adequado?		
2 - Os locais de estocagem são adequados quanto a roubo, fogo, perda, extravios, etc.?		
3 - Os locais de estocagem são adequados quanto a inacessibilidade de terceiros ou pessoais não Autorizados?		
4 - Os sistemas de controle implantados evitam entradas e saídas de mercadorias sem documentação suficiente?		
5 - No controle informatizados de estoques é adotado:		
a) Indicação de máximos e mínimos por mercadoria (quantitativo e em valores totais)?		
b) Registro da movimentação e saldos em quantidades e valores (controle físico e financeiro)?		
c) Registro do custo unitário está de acordo com a legislação?		
d) O controle de estoque é integrado com a Contabilidade?		
6 - Os registros no sistema informatizado de estoque são feitos por pessoal:		
a) Que tem acesso ao local físico do estoque, bem como existência das mercadorias?		
b) Faz autorização de movimentação dos estoques?		
c) Tem acesso aos controles contábeis e registros contábeis e de custos?		
7 - Quanto as existências indicadas pelos registros em sistema informatizado de estoque que são balanceadas mensalmente com as contas da contabilidade:		
a) As diferenças são investigadas pelo pessoal da contabilidade antes de serem ajustadas, e contêm aprovação do contador os lançamentos contábeis de ajustes?		
b) Os ajustes na contabilidade decorrentes de correções feitas em registros das fichas ou em sistema de informatizado de estoque, são efetuados à vista de documentação aprovada como acima descrito?		
8 - Quanto aos estoques imprestáveis, deteriorados, obsoletos, etc.:		
a) É emitida notas fiscais de saída no CFOP 5.927?		
b) São baixados no sistema informatizado de estoque e na contabilidade mediante autorização de pessoal responsável e não ligados à custódia e registros dos mesmos?		
9 - As posições dos estoques são revisadas periodicamente no sentido de:		
a) Determinar existências excessivas ou insuficientes, obsoletas ou de baixa rotação (em função de máximos e mínimos ou outras medidas)?		
b) Conferência contra posição dos levantamentos físicos fora das épocas do inventário anual.		
10 - Existem registros adequados para controle dos estoques próprios ou de terceiros:		
a) Transferidos para industrialização, consignação, etc.?		
b) Recebidos para panificação?		
11 - As funções de compras estão segregadas em recepção, expedição, controle de estoques e pagamentos (financeiro)?		
12 - Existe aprovação superior para compras com valores excedentes a determinados limites?		
13 - Existe sistema de cotação de preços por escrito e para mais de um fornecedor para cada compra, visando selecionar o mais conveniente?		
14 - É proibido o acesso do pessoal de compras aos registros de estoque?		
15 - A portaria está ou conta com:		
a) Localizada em local que impeça a passagem das mercadorias fora de seu alcance?		
b) Meios de comunicação internos rápidos e eficientes par fins de segurança (Telefone, interfone, alarme)		
16 - A portaria é dotada de balança apropriada e adequada à conferência dos pesos declarados nos documentos de compra?		
17 - A empresa possui setor de recepção de mercadorias organizado no sentido de promover o controle e conferência física das compras?		
18 - Sobre o controle de qualidade das mercadorias recebidas: Existem normas para aceitação ou recusa no caso de má qualidade, má especificação técnica, etc.?		
19 - Quanto a entradas de mercadorias:		
a) São registradas nos controles de estoques e na contabilidade com base em relatórios ou boletins de recepção numerados tipograficamente?		

b) Os relatórios ou boletins de recepção que acusem devoluções de vendas são conferidos e aprovados por pessoal qualificado da área de vendas?		
c) Na entrada das mercadorias são separadas conforme sua destinação (matéria-prima, consumo, comercialização) com seu código da situação fiscal correspondente?		
d) As devoluções de vendas são conferidas e aprovadas por pessoal da área de vendas?		
e) É feita uma emissão própria da nota fiscal pelo adquirente de maneira regular para os produtos primários (hortifrutigranjeiros e animal) que não possuem inscrição estadual e que a nota fiscal não é emitida?		
21 - Quanto às saídas de materiais, produtos ou mercadorias:		
a) As entregas são feitas somente com base em requisições ou ordens de expedição autorizadas?		
b) É controlada a seqüência numérica dos referidos documentos?		
c) Os procedimentos existentes garantem que toda a saída seja registrada?		
d) Existe monitoramento via câmera da movimentação das unidades de pagamento de vendas?		



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

AUDITORIA ESPECÍFICA DE MERCADORIAS  
CONCLUSÃO

PERÍODO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
CAGEFISCAL: \_\_\_\_\_  
OCE: \_\_\_\_\_

A - DESCRIÇÃO		B - QUANTIDADES						C - APURAÇÃO DE VALORES								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Descrição da Mercadoria	Un.	Estoque Inicial	Entradas	Total I (3 + 4)	Estoque Final	Saídas	Total II (6 + 7)	Omissão Entrada (8 - 5)	Omissão Saída (5 - 8)	Met. (7)	ILB ou IVA <sup>1</sup> Cód %	Unitário (10 x 13)	Omissão Saída (10 x 13)	Aliq. IVA %	ICMS Próprio e Retido ((14 + (14 x 15)) x 15)	
<b>TOTAIS</b>																
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>																
(*) Metodologia utilizada para apuração do valor unitário: I - apurado pelo valor médio das entradas; II - apurado pelo valor médio das saídas; III - apurado pelo valor do estoque inicial ou final; IV - apurado pelo custo das mercadorias vendidas; V - apurado pelo preço corrente. ILB ou IVA <sup>1</sup> : código 1 para ILB; código 2 para IVA																
Autoridade Fiscal		Assinatura		Cargo		Matrícula		Contribuinte ou Responsável								
Local e data:																

## ANEXO 2

**BLOCO I – Perguntas objetivando o mapeamento das características da empresa respondente da pesquisa**

1. A empresa é de natureza:

- ( ) 1. Farmacêutica      ( ) 3. Adubos e Fertilizantes      ( ) 5. Outra (especificar). \_\_\_\_\_  
 ( ) 2. Química              ( ) 4. Alimentícia

2. Há quanto tempo à empresa está situada no estado de Goiás?

- ( ) 1. Há menos de 10 anos      ( ) 3. De 16 anos a 20 anos      ( ) 5. Há mais de 25 anos  
 ( ) 2. De 11 anos a 15 anos      ( ) 4. De 21 anos a 25 anos

2. Qual é o número de empregados da empresa?

- ( ) 1. Menos de 100      ( ) 3. De 201 a 300      ( ) 5. Mais de 400  
 ( ) 2. De 101 a 200      ( ) 4. De 301 a 400

3. O faturamento anual da empresa enquadra-se:

- ( ) 1. Até R\$ 50 milhões.      ( ) 3. De R\$ 151 a R\$ 250 milhões      ( ) 5. De R\$ 351 a R\$ 500 milhões.  
 ( ) 2. De R\$ 51 a R\$ 150 milhões      ( ) 4. De R\$ 250 a R\$ 350 milhões      ( ) 6. Mais de R\$ 501 milhões.

4. A empresa tem suas demonstrações contábeis anuais auditadas?

- ( ) 1. SIM                      ( ) 2. NÃO

**BLOCO II – As perguntas deste bloco têm por finalidade levantar o perfil profissional do responsável pelo controle de estoques da empresa.**

1. Existe na empresa um setor exclusivo gerência de estoques?

- ( ) 1. Sim                      ( ) 2. Não

2. Caso a resposta anterior seja não, qual das áreas seguintes tem por atribuição identificar, acumular, analisar e comunicar informações sobre a parte financeira e não financeira do controle de estoques?

- ( ) 1. Contabilidade              ( ) 3. Administração Geral              ( ) 5. Outra (especificar). \_\_\_\_\_  
 ( ) 2. Departamento Financeiro      ( ) 4. Tecnologia da Informação

3. Qual é a formação principal do profissional da gerência de estoques?

- ( ) 1. Administração      ( ) 3. Direito      ( ) 5. Engenharia  
 ( ) 2. Ciências Contábeis      ( ) 4. Economia      ( ) 6. Outras. Qual? \_\_\_\_\_

4. Qual é a maior titulação do profissional da gerência de estoques?

1. Doutorado                       3. MBA ou especialização                       5. Outros, \_\_\_\_\_  
 2. Mestrado                       4. Graduação.

5. O gerente de estoques exerce a função há quanto tempo na empresa?

1. Até 5 anos.                       3. De 11 anos a 15 anos                       5. Há mais de 20 anos.  
 2. De 6 a 10 anos.                       4. De 16 anos a 20 anos.                       outros, \_\_\_\_\_

6. Qual é o sexo do (a) gerente de estoques?

1. Feminino                       2. Masculino                       Outros, \_\_\_\_\_

7. Qual é a idade do (a) gerente de estoques?

1. Até 25 anos                       3. De 31 a 40 anos                       5. De 51 a 60 anos  
 2. De 26 a 30 anos                       4. De 40 a 50 anos                       6. Acima de 60 anos                       outros, \_\_\_\_\_

8. Qual é a remuneração mensal do (a) gerente de estoques?

1. Até 5.000,00 / mês.                       5. De 15.000,01 a 20.000,00 / mês  
 2. De 5.000,01 a 8.000,00 / mês.                       4. De 12.000,01 a 15.000,00 / mês  
 3. De 8.000,01 a 12.000,00 / mês                       6. Mais de 20.000,01 / mês.  
 Outro, \_\_\_\_\_